

Avaliação na Educação Básica: formação continuada de gestores municipais¹

Luciane Torezan Viegas²

RESUMO

O presente relato trata de um curso de extensão ofertado no ano de 2022, resultado de uma parceria entre um instituto federal e uma rede municipal de educação do Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos do curso de formação continuada foram capacitar os gestores municipais, atualizando reflexões referentes à temática da avaliação; analisar criticamente a proposta atual da rede municipal, que trata da avaliação do ensino e da aprendizagem na educação básica; propor alternativas inovadoras e viáveis para o avanço das práticas avaliativas na realidade local. O curso aconteceu em formato híbrido, com encontros presenciais entre a ministrante e os gestores participantes e, também, com análise documental e aplicação de propostas nas escolas. Autores como Colasanto, Luckesi e Proença fundamentaram as discussões realizadas acerca dos conceitos e práticas avaliativas, além dos fundamentos da Base Nacional Comum Curricular. Os treze gestores, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas participaram de forma ativa dos encontros e construíram as propostas em conjunto com a ministrante. As principais mudanças foram a alteração das propostas de registro e documentação pedagógica da rede municipal, inseridas nos regimentos escolares, referentemente à exclusão de conceitos nos anos iniciais e substituição de pareceres descritivos por relatórios de aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Formação Continuada. Registros avaliativos.

Introdução

O relato de experiência apresentado neste artigo refere-se a uma ação de extensão desenvolvida no ano de 2022, advinda de uma parceria entre um instituto federal do Estado do Rio Grande do

¹ Curso de Extensão: Avaliação na Educação Básica: revisando pressupostos e rotinas com gestores municipais, 2022.

² Doutora em educação, docente do curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), Campus Farroupilha. luciane.viegas@farroupilha.ifrs.edu.br

Sul com uma Secretaria Municipal de Educação, com a oferta de um curso de extensão. O intuito de tal parceira foi a melhoria do processo educativo, com ênfase na produção de conhecimentos coletivos de caráter teórico-prático referentes à avaliação, visando à qualificação da intervenção pedagógica nas escolas públicas da rede envolvida.

O curso proposto, ofertado de modo híbrido, contou com encontros presenciais com a ministrante e participantes e, também, com atividades complementares, que envolveram leituras, estudos de textos e documentos da rede municipal, discussão e preenchimento de documentos solicitados para posterior análise. No decorrer do ano, os encontros serviram para desenvolver os objetivos propostos, ou seja, capacitar os gestores municipais, atualizando reflexões referentes à temática da avaliação; analisar criticamente a proposta atual da rede municipal, que trata da avaliação do ensino e da aprendizagem na educação básica; propor alternativas inovadoras e viáveis para o avanço das práticas avaliativas na realidade local.

Neste contexto, o curso foi construído com os participantes, avaliando as propostas e alterando-as ou aplicando-as conforme a necessidade da rede municipal de ensino. A seguir, serão apresentados os referenciais teóricos da ação, a metodologia utilizada e os resultados alcançados ao longo do ano.

Desenvolvimento da proposta

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe outras referências nas formas e entendimentos do que seja a avaliação na educação básica e quais seus pressupostos teóricos (BRASIL, 2018). Práticas e rotinas avaliativas passam a ser ressignificadas no cotidiano das escolas e as redes de ensino buscam outras e novas formas de avaliar o ensino e a aprendizagem. Os registros e a documentação pedagógica que referendam o processo de ensino e demonstram as etapas da aprendizagem vem à tona, com inúmeros questionamentos. Com base neste cenário de mudanças e entendendo a necessidade de avançar quanto aos estudos que tratam da avaliação, o referido curso de extensão pretendeu contribuir efetivamente com a formação dos docentes, que atuam na função de gestores municipais de educação, com o intuito de que se tornassem multiplicadores das reflexões e participantes na criação das propostas desenvolvidas no curso e implantadas na rede.

Inicialmente, os diferentes temas relativos à avaliação foram trabalhados com o grupo: conceito, como avaliamos, diagnóstico da avaliação municipal, aspectos que necessitam de mudanças na avaliação do ensino e da aprendizagem, seja nas práticas, seja nos registros avaliativos e documentação pedagógica.

Para Luckesi (2011), o ponto de partida para atuar com avaliação é saber o que se quer com a ação, pois a concepção pedagógica guia todas as ações do educador e o ponto de partida é saber aonde desejamos chegar em termos de formação do educando. Considerando isso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da rede municipal e o regimento das escolas constituíram-se como instrumentos de pesquisa e de estudo, pois trazem as referências teóricas que sustentam as concepções dos educadores da rede. Durante os encontros, a análise desses documentos auxiliou e serviu como momento de reflexão sobre o que consta nos documentos e as concepções norteadoras das práticas institucionais. Luckesi (2011) reforça que os documentos institucionais configuram tanto a direção da prática educativa como os critérios de avaliação. No entanto, segue o autor, visões teóricas serão somente visões teóricas se não se produzirem resultados no cotidiano, pois um PPP para efetivar-se e servir de parâmetro para a avaliação da aprendizagem, necessita de mediadores. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem é um recurso pedagógico disponível ao educador para que auxilie o educando na busca de sua construção e de seu modo de estar na vida mediante aprendizagens bem-sucedidas (LUCKESI, 2011).

Proença (2022, p.7) entende que “a formação de professores é vista como uma construção de identidade, de autoconhecimento, conhecimento profissional fortalecido no grupo de trabalho”. Dessa forma, a formação construída em serviço tem a intenção de provocar mudanças para desenvolver, nos gestores, cada vez mais o desejo de aprender e ensinar com autonomia, encantamento e clareza de suas propostas. Para mudar a avaliação é preciso contemplar os interesses e as necessidades do grupo de trabalho, refletindo sobre as práticas adotadas e propondo mudanças que façam sentido para os envolvidos.

O registro avaliativo reflexivo na formação do educador e dos gestores faz parte do processo de construção da autoria docente, importante estratégia para o aprofundamento e a clareza da intencionalidade docente no processo educativo (Proença, 2022). O uso de registros avaliativos reflexivos possibilita o avanço na escrita da documentação pedagógica referente ao processo avaliativo discente, objeto de discussão nesse relato e no curso de extensão ministrado.

Importante destacar que os participantes do curso eram os gestores da rede municipal, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas, além da coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação. A temática trabalhada foi uma demanda desse grupo, fruto da necessidade de alterar o regimento escolar, especialmente no que diz respeito aos registros avaliativos, notas sob a forma de conceitos e pareceres descritivos e relatórios de avaliação.

A avaliação dos participantes aconteceu a cada encontro, de forma oral e informalmente, no intuito de organizar os encontros seguintes ou rever alguma combinação. Em alguns momentos o grupo se reuniu para tratar do tema e refletir sobre o que foi tratado no curso, em outros momentos houve demanda para que se trabalhasse nas escolas, com o corpo docente, as temáticas e propostas construídas pelo grupo de gestores.

Todo curso de extensão está intimamente ligado ao ensino. Neste caso, ainda mais, pois remete diretamente à área de estudo da ministrante, que trabalhou o componente curricular de Gestão Escolar: teoria e prática, no curso de Pedagogia. Dessa forma, o conteúdo trabalhado no curso e, especialmente, o formato híbrido com que se desenvolveu, tornou-se conteúdo das aulas ministradas, suscitando reflexões nos estudantes em formação inicial. A pesquisa está intimamente relacionada a tal atividade, pois o curso pressupõe que os participantes também pudessem pesquisar os documentos e registros referentes à avaliação na rede municipal, sobre suas práticas e sobre outras propostas referentes ao tema.

Referentemente à concepção de avaliação prevista na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), que pressupõe a promoção e a progressão regular por série, dedicou-se um bom tempo refletindo acerca das concepções e práticas existentes nas escolas. Por vezes, a contradição entre os discursos e práticas de professores relacionado ao tema avaliação permitem inferir sobre as dificuldades que qualquer alteração pode trazer para o cotidiano escolar. No caso das escolas da rede, o grupo de gestores envolvido no curso se dispôs a levar para as escolas a possibilidade de exclusão dos conceitos que apareciam nos registros escolares, concomitante aos pareceres descritivos, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Também a diferença entre pareceres descritivos e relatórios de avaliação foi tratada, conceituando-se os termos utilizados. O entendimento dos participantes foi de que o termo “parecer” remete a comportamentos esperados pelos estudantes no processo de ensino e que seria mais adequado realizar a escrita de relatórios que descrevessem a aprendizagem dos alunos no decorrer do processo educativo, em todas as dimensões trabalhadas.

Como principais indícios do êxito da ação proposta, podemos destacar que os gestores da rede municipal envolvida realizaram, no mínimo, duas formações com os professores nas escolas com o intuito de desenvolver os conteúdos trabalhados no curso referentes à temática da avaliação. Inúmeras discussões, com os participantes do curso e nas escolas da rede foram realizadas, com o intuito de

gerar propostas avaliativas diferenciadas. Essas mudanças foram incorporadas aos regimentos das escolas da rede, reescritas pelos participantes do curso nos encontros presenciais e apresentadas para encaminhamento ao Conselho Municipal de Educação, o que possibilitou a participação dos docentes e demais integrantes da comunidade escolar na alteração do regimento das escolas municipais.

Conclusão

Como resultados do curso, especialmente a questão dos registros de avaliação da aprendizagem foram ressignificados, uma vez que a atribuição de conceitos nos anos iniciais do ensino fundamental não fazia sentido para os professores e muito menos para os pais, que inevitavelmente recorriam aos professores para esclarecimentos. Também a forma de registro processual da avaliação foi trabalhada, uma vez que os pareceres avaliativos estavam contemplando mais os comportamentos desejados pela escola e não o processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, propor alternativas inovadoras e viáveis para o avanço das práticas na realidade local, um dos objetivos propostos, foi trabalhado de forma satisfatória com os gestores da rede municipal, que puderam alterar os documentos legais da rede, o regimento, elaborando proposta para mudança; levar os conteúdos trabalhados para a prática nas escolas, na orientação e acompanhamento dos docentes com relação aos registros avaliativos e, também, nas propostas de reuniões semanais para tratar o tema com o coletivo.

Assim, os objetivos propostos foram atendidos e o curso obteve sucesso em sua implementação, conforme avaliação realizada ao final do curso pelos treze gestores participantes. Destaca-se, para esse êxito, a efetiva participação do grupo de gestores, que trouxeram ricas contribuições ao longo do curso, para efetivação das mudanças necessárias.

Destacou-se o quanto o conteúdo trabalhado pode romper com algumas falas cristalizadas no âmbito da escola, no intuito de avançar e pensar sobre o processo de aprendizagem discente. Especialmente no que diz respeito à formação continuada docente, problematizar as práticas avaliativas existentes no cotidiano escolar pressupõe o envolvimento e a reflexão constante de quem as produz. É pela participação ativa que o docente encontra sentido em seu fazer e descobre formas de realizar as mudanças necessárias. O tema abordado, no entanto, requer muitas e novas investigações, quem sabe realizadas em formações continuadas para gestores e docentes das redes de ensino.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, MEC, 1996.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

COLASANTO, Cristina Aparecida. **O relatório de avaliação na Educação Infantil**. São Paulo: All Print, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

PROENÇA, Maria Alice. **O registro e a documentação pedagógica: entre o real e o ideal ... o possível**. São Paulo: Panda Educação, 2022.